

CARTA DO GESTOR N° 8 – RENDA VARIÁVEL – SEGUNDO TRIMESTRE DE 2024**O VAREJO BRASILEIRO: RENDA DISPONÍVEL E CRESCIMENTO****Caros investidores,**

O setor varejista do Brasil passou por profundas transformações nas últimas décadas. Diversos segmentos, como o varejo alimentar, farmácias e vestuário, passaram por um intenso processo de consolidação. Além disso, há uma tendência de migração de demanda de consumo para o *e-commerce*, que cria diversos desafios e oportunidades para os varejistas. Nesse contexto, se intensifica também a competição com *players* internacionais, que têm crescido de forma acelerada no Brasil.

Ao analisarmos o varejo brasileiro em horizontes de tempo mais curtos, notamos grande volatilidade em seus resultados. Na última década apenas, os varejistas enfrentaram crises econômicas e sanitárias agudas. Juros em níveis elevados, volatilidade do real frente ao dólar e aumento de carga tributária trazem dificuldades adicionais para as operações de varejo no Brasil.

Os governos recentes se utilizaram de diversos meios para suavizar os impactos de tal volatilidade macroeconômica no consumo das famílias e, por consequência, no setor varejista – que inclusive é responsável por grande parte das vagas formais de emprego no Brasil. Sem entrar no mérito das motivações políticas ou sustentabilidade de tais medidas, nessa carta iremos explorar o papel de transferências de renda/liberação de fundos/pagamentos extraordinários, em suas diversas formas, na demanda do varejo. Nesse contexto, analisaremos brevemente a situação do Rio Grande do Sul, que agora se concentra nos esforços de reconstrução após o estado ser atingido por fortes chuvas em abril e maio.

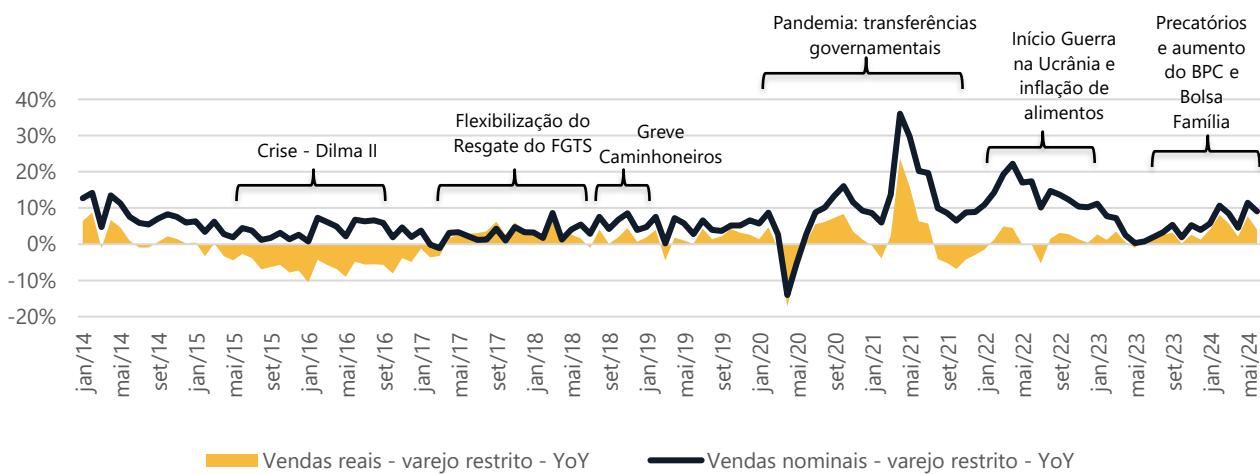
Em momentos de crise aguda, tais medidas parecem ter de fato efeito positivo importante no varejo do Brasil. Notamos ainda que o consumo das famílias brasileiras depende cada vez mais de pagamentos de benefícios sociais, o que aumenta a exposição do varejo ao calendário político do Brasil. Por fim, acreditamos que o aumento da oferta de crédito que deve ocorrer, caso não haja um desvio drástico da trajetória de redução de juros pelo Bacen, será o próximo catalisador de crescimento do varejo brasileiro.

Boa leitura!

VAREJO BRASILEIRO – CRISES, EVENTOS E VOLATILIDADE

Há diversos fatores macro por trás do desempenho do setor varejista: massa salarial, emprego, oferta de crédito, nível de juros e confiança do consumidor são os mais conhecidos. Nos últimos 10 anos, o desempenho do varejo no Brasil foi volátil, comportamento que não se traduziu em crescimento em termos reais. De acordo com a PMC, as vendas do varejo restrito permanecem em níveis muito similares aqueles de 2014. Na **Figura 1**, apontamos alguns eventos que parecem ter tido efeito material, positivo ou negativo, no desempenho do varejo.

Figura 1 – Crescimento do Varejo Brasileiro e Eventos



Fontes: IBGE - PMC e Ace Capital

Diversas medidas dos governos dos últimos 10 anos acabaram servindo como importantes complementos de renda para as famílias brasileiras. Em 2017, o governo Temer sancionou a Lei n. 13.446, que flexibilizou as regras de saque das contas inativas do FGTS. No fim de 2019, Bolsonaro sancionou a Lei nº 13.932, que instituiu os saques imediato e aniversário do FGTS. No contexto da pandemia, a Lei 13.982/2020 criou o auxílio emergencial. Mais recentemente, reajustes do Bolsa Família, flexibilização das regras de concessão do BPC e pagamento de precatórios também ajudaram a compor a renda dos brasileiros.

Tabela 1 - Medidas Diversas de Complemento de Renda

	Período	Valores (R\$ bilhões)
Flexibilização das regras de saque das Contas Inativas FGTS	2017-2018	49.5
Saque imediato, aniversário e emergencial - FGTS	2019-2020	50.3
Auxílio Emergencial	2020-2021	353.0
Precatórios	2024	90.7

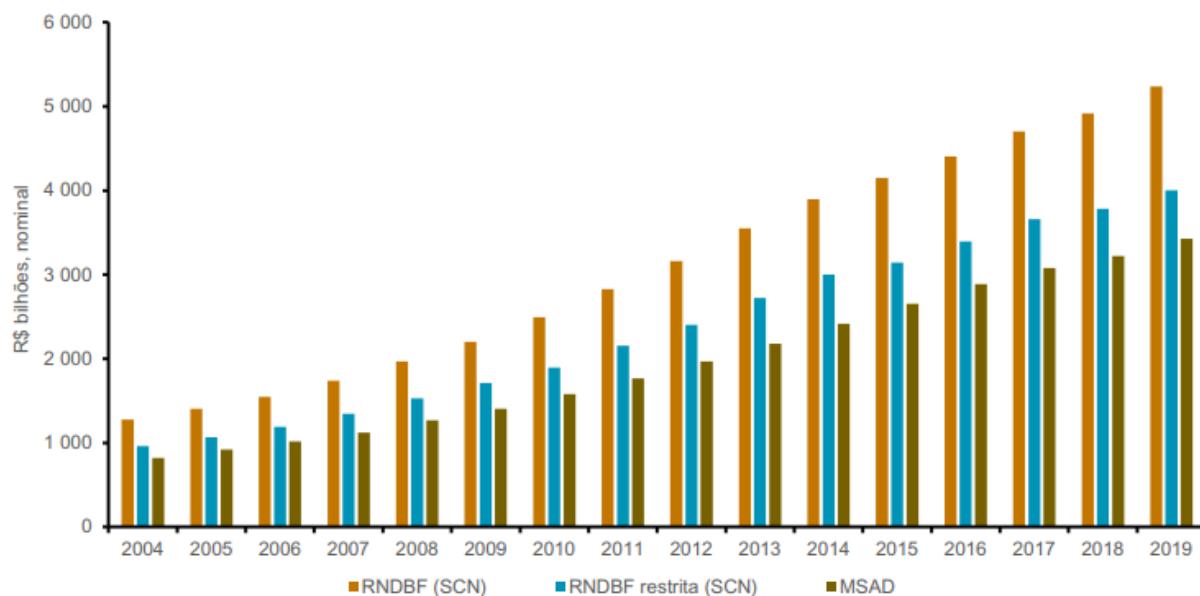
Fontes: Ministério da Fazenda do Brasil, Tesouro Nacional e Caixa Econômica Federal

Esses vultosos recursos injetados na economia tiveram diversos destinos, como pagamento de dívidas, poupança e consumo. Este último destino é o que vamos explorar nessa carta. Vale alertar, contudo, que pesquisas de intenção, feitas à época do saque das contas inativas do FGTS, apontavam que a prioridade não seria consumo, mas pagamento de dívidas e poupança¹.

RENDAS DISPONÍVEIS DAS FAMÍLIAS – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A renda nacional disponível bruta das famílias (RNDBF), estimada pelo Banco Central, é composta por diversos fatores, entre eles salários e aposentadorias². A RNDBF também captura resgates do FGTS, como os decorrentes da flexibilização das regras de saque em 2017, e o auxílio-emergencial, aprovado no contexto da pandemia de 2020. Parte dos pagamentos extraordinários de precatórios, como os realizados no começo de 2024, também são computados. O conceito de RNDBF é, segundo o próprio Bacen, um “aperfeiçoamento em relação à Massa Salarial Ampliada Disponível” (MSAD), já que “facilita a inclusão no cálculo de recursos recebidos extraordinariamente e avaliações de seus impactos na renda das famílias”.

Figura 2 - RNDBF e MSAD



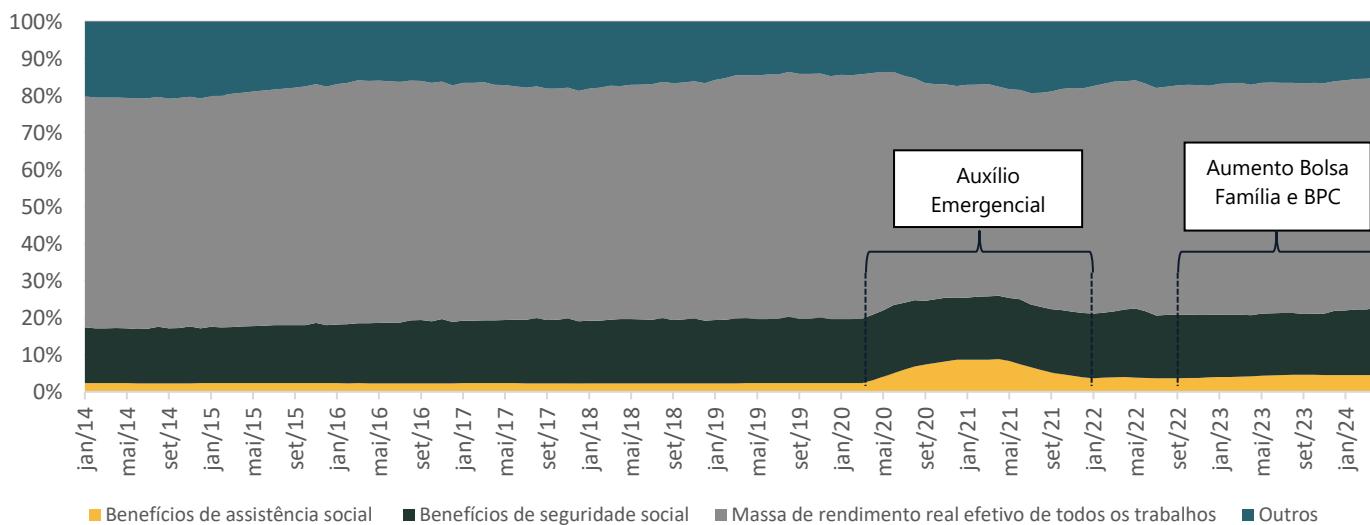
Fontes: Banco Central, citando IBGE

¹ <https://portal.fgv.br/cn/node/11859>

² Ver Nota Técnica do Banco Central do Brasil nº 55.

Ainda, o aumento da importância dos benefícios assistenciais e previdenciários na renda das famílias brasileiras nas últimas décadas é relevante, assim, a criação de medidas que capturem esse efeito torna as análises do impacto da renda no consumo mais precisas³. Na **Figura 2**, podemos ver que a distância entre a MSAD e a RNDBF aumentou ao longo dos anos. Os benefícios de assistência social ganharam relevância, especialmente durante e após a pandemia de 2020 (**Figura 3**).

Figura 3 - Composição da RNDBF Restrita



Fontes: Ministério da Fazenda do Brasil, Tesouro Nacional, Caixa Econômica Federal e Ace Capital.

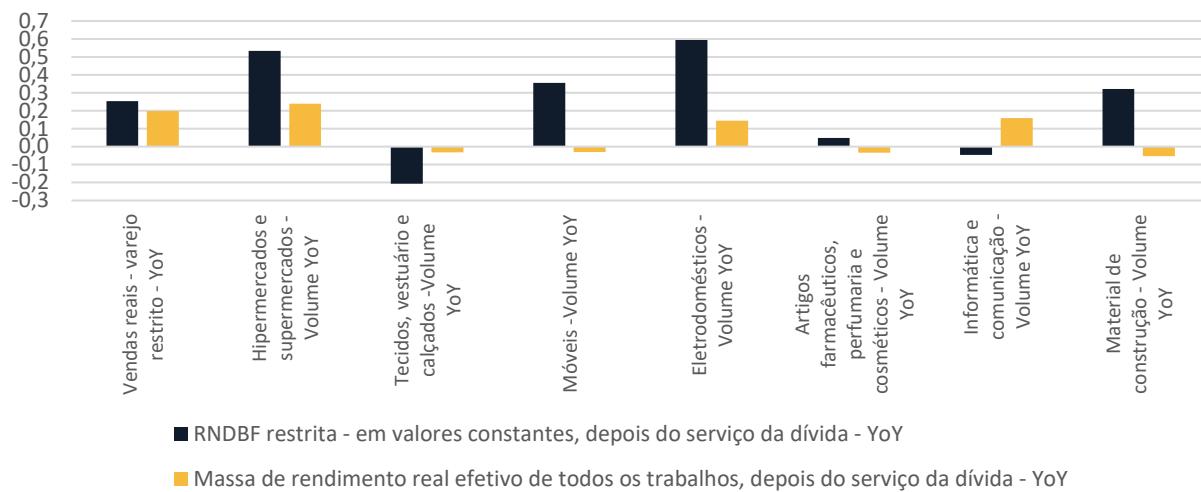
Entendemos que o uso do conceito de RNDBF Restrita seja mais apropriado no contexto do varejo, já que “os componentes excluídos são parcelas de renda em teoria menos correlacionadas com o ciclo econômico ou que não são tipicamente destinadas ao consumo imediato”⁴. Além disso, iremos retirar as despesas com serviços da dívida, de modo a chegarmos mais perto de uma variável de renda disponível para consumo. A **Figura 4** indica que a RNDBF Restrita tem maior correlação com diversos segmentos do varejo quando comparado à massa de rendimento efetivo de todos os trabalhos⁵.

³ Ver Seção 10 do Boletim Macro Ibre de novembro de 2017.

⁴ O “Excedente operacional bruto” e as “Rendas de propriedade” são excluídos da RNDBF para se chegar à variável restrita.

⁵ Soma dos rendimentos brutos (salários, gratificações, ajudas de custo, horas extras, entre outros, antes de eventuais descontos) efetivamente recebidos pelos trabalhadores em todos os trabalhos.

Figura 4 - Comparação das Correlações da RNDBF Restrita e Massa de Rendimento Real Efetivo com Segmentos do Varejo, no Período de 2014-2024

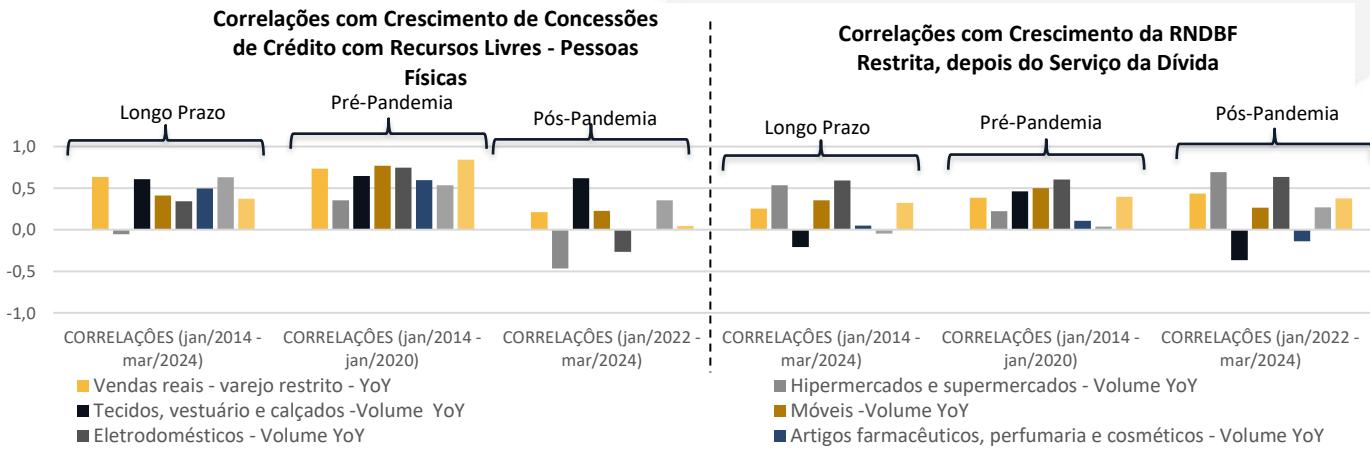


Fontes: IBGE, Banco Central e Ace Capital

CORRELAÇÕES – RENDA E CRÉDITO

De maneira geral, se espera que o desempenho de segmentos de varejo cujos *tickets* são menores e com consumo mais recorrente e de primeira necessidade, como varejo alimentar e drogarias, seja mais ligado à renda. Por outro lado, segmentos com *tickets* maiores e compras mais espaçadas têm seu desempenho mais relacionados à oferta de crédito. Nesta categoria estão eletrodomésticos, móveis, eletrônicos e material de construção. A Figura 5 indica que essas correlações foram afetadas durante a pandemia, período muito particular do ponto de vista econômico (grandes programas transferências de renda, juros em níveis historicamente baixos, entre outros).

Figura 5 - Correlações dos Crescimentos Reais de Renda, Crédito e Varejo, no Brasil



Fontes: IBGE, Banco Central e Ace Capital

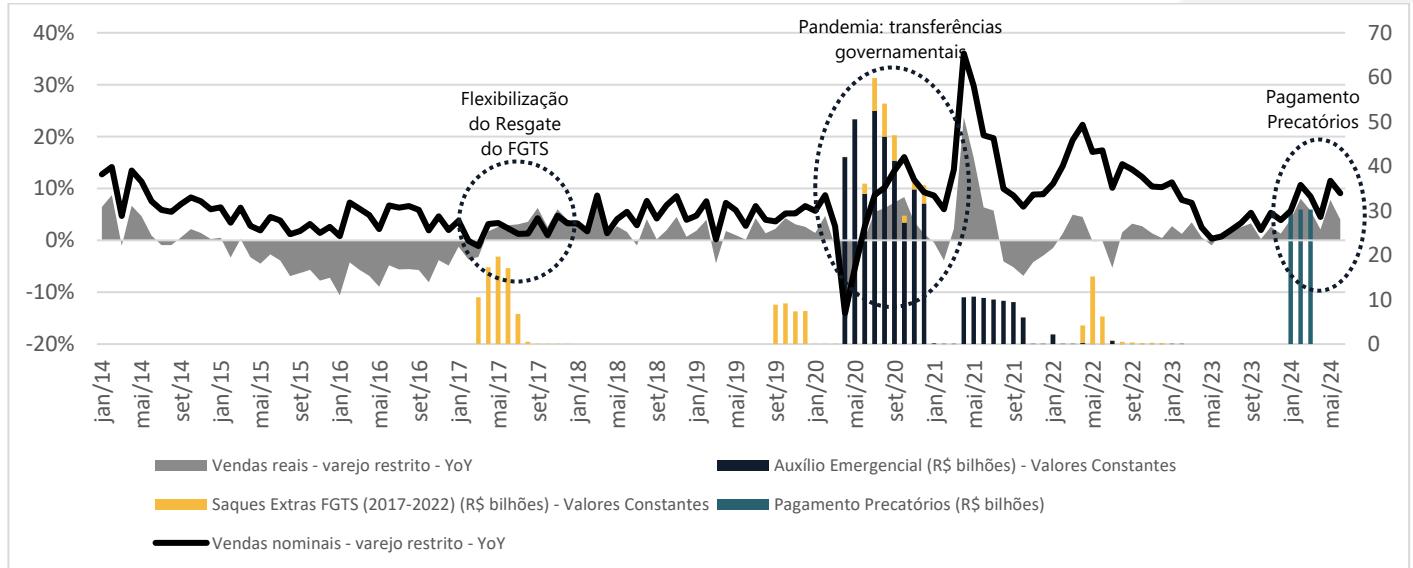
Ainda, no contexto da pandemia, alguns segmentos do varejo passaram por grandes processos inflacionários, muito além da inflação geral da economia e dos salários, o que provavelmente é um fator que causou tais distorções nas correlações no período. Material de construção, vestuário e eletrônicos são os exemplos mais agudos desse fenômeno. Além disso, no início de 2022, a guerra na Ucrânia causa efeitos inflacionários nos alimentos, que só arrefeceriam em meados de 2023.

Chama atenção a alta correlação do crédito com todos os segmentos do varejo - com exceção do varejo alimentar. Notamos ainda que os segmentos Hipermercados e Supermercados, Móveis, Eletrodomésticos e Material de Construção são aqueles que têm maior correlação com a RNDBF Restrita.

RENDAS EXTRAORDINÁRIAS E O VAREJO

Destacamos abaixo três períodos nos quais rendas não provenientes do trabalho (como definido pelo IBGE) foram relevantes na composição da RNDBF. Nota-se que há certa coincidência com aceleração das vendas do varejo. Nas seções a seguir faremos breves discussões sobre esses períodos.

Figura 6 - Drivers do Varejo - 2014-2024



Fontes: IBGE, Banco Central e Ace Capital

1) Saques das Contas Inativas do FGTS – 2017

Em agosto de 2016, Michel Temer assumia a presidência depois de um ruidoso processo de impeachment. A economia do país se encontrava em recessão, com uma combinação de crescente

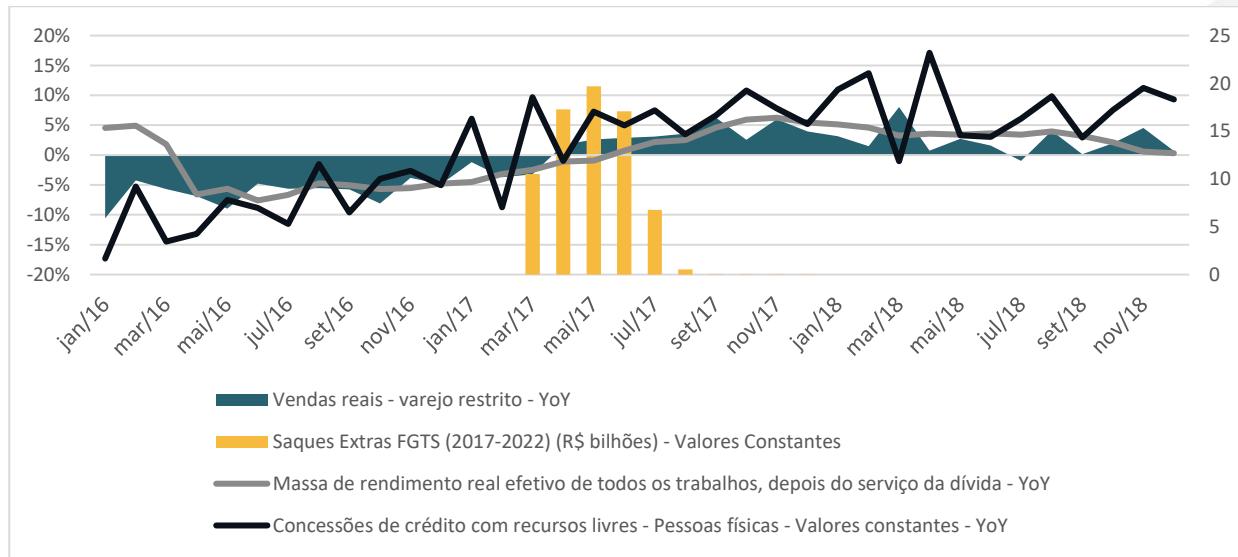
desemprego, alta inflação e juros elevados. O setor varejista não passou incólume, reportando seguidos meses de crescimento real negativo no período.

Nesse contexto, Temer editou a MP nº 763 em dezembro de 2012 (convertida na Lei n. 13.446 em 24 de maio de 2017) que liberava o saque de contas inativas do FGTS. Somente em 2017, esses saques somaram R\$44 bilhões. O Relatório de Inflação do Banco Central de Junho/2017 reconhecia o efeito positivo no comércio:

“Na margem, indicadores do comércio em geral mostram tendência de recuperação da atividade no segundo trimestre, em linha com perspectiva de melhora na situação financeira das famílias, impulsionada pelo cenário de evolução recente da renda real, de liberação de saques do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e de redução gradual do nível de endividamento.”

Na **Figura 7**, vemos que há realmente uma grande coincidência da virada de tendência de crescimento real do varejo restrito com os saques do FGTS, em que pese que há paralelamente melhora gradual da oferta de crédito e dos rendimentos do trabalho.

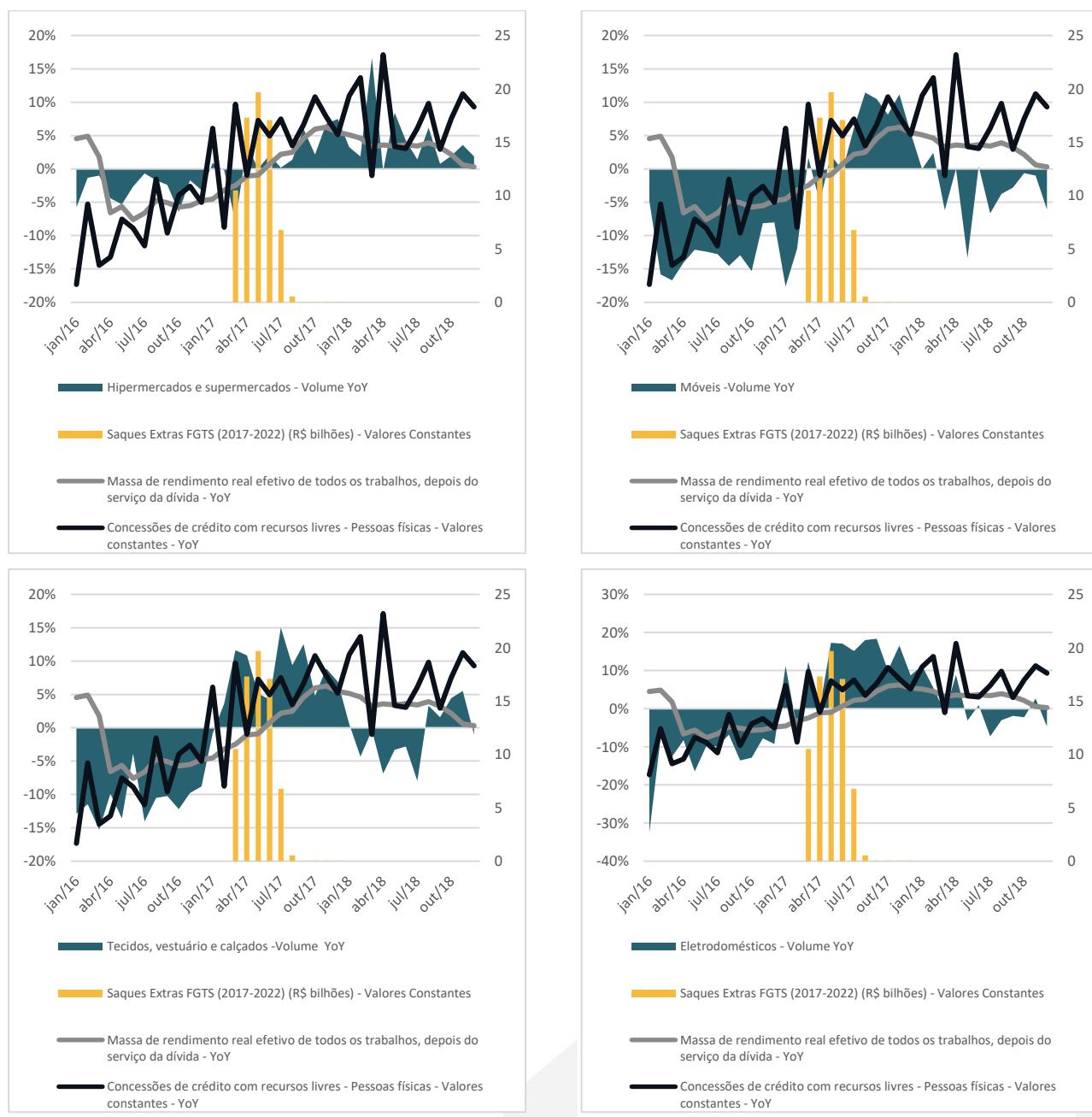
Figura 7 - Saques FGTS e Varejo

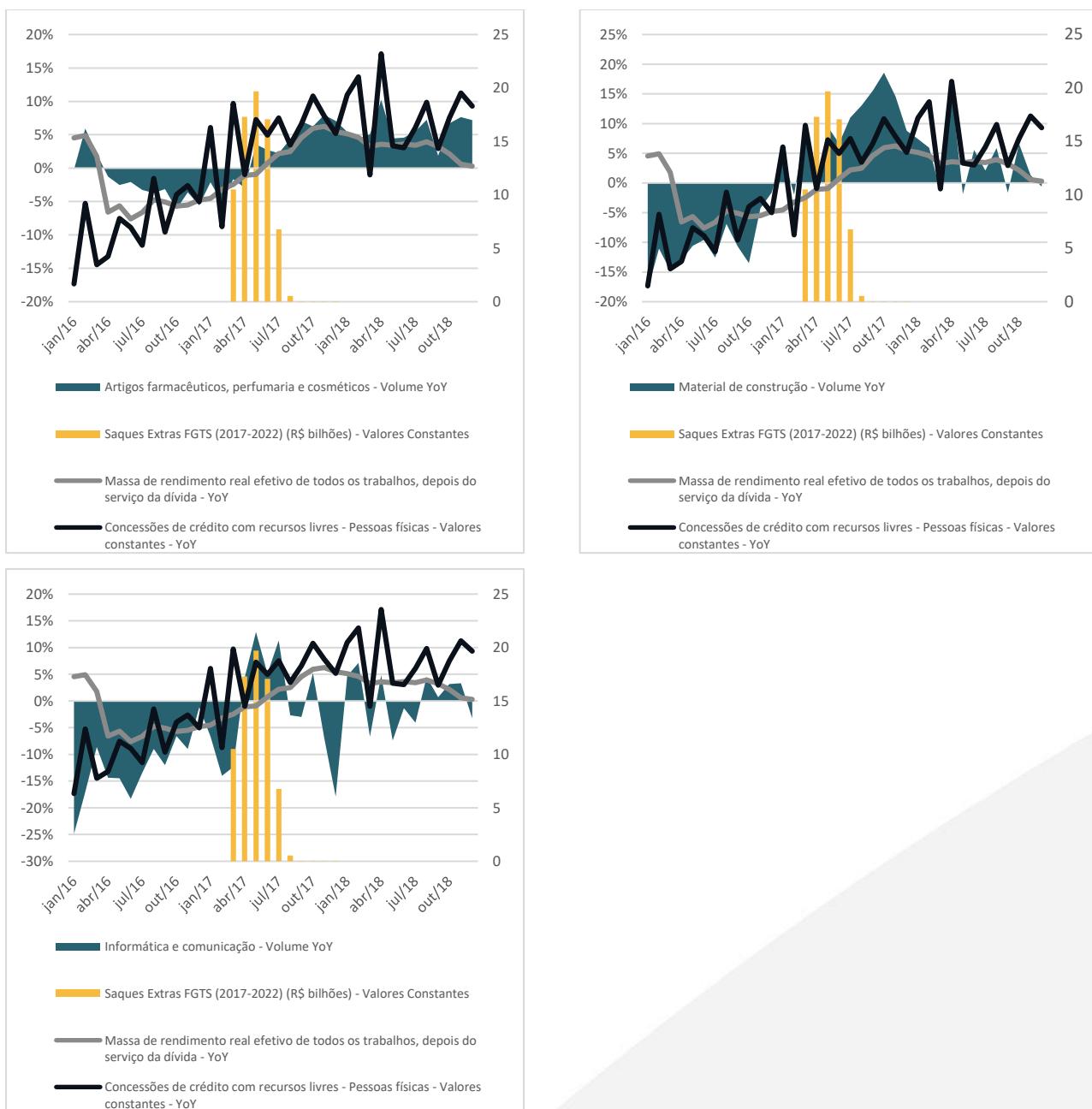


Fontes: IBGE, Banco Central e Ace Capital

Essa virada de tendência se verificou em diversos segmentos do varejo (**Figura 8**), mesmo aqueles cujas demandas estão mais ligadas à oferta de crédito.

Figura 8 - Saques FGTS e Varejo, por segmento.



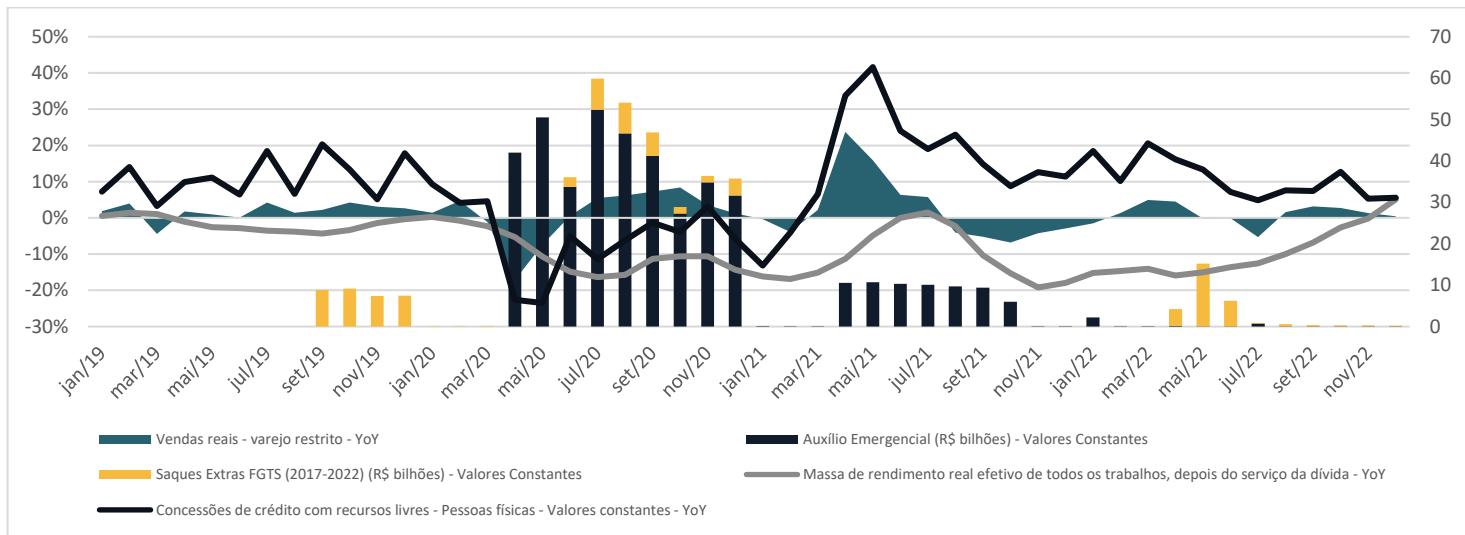


Fontes: IBGE, Banco Central e Ace Capital

2) Auxílio Emergencial – 2020

Em 2020, como resposta à crise sanitária causada pela pandemia de covid, o governo criou o auxílio emergencial (Lei 13.982/2020), que distribuiu cerca de R\$353 bilhões à população. Além desse auxílio, o governo também liberou saques emergenciais do FGTS no período. As medidas restritivas à circulação impactaram fortemente o mercado de trabalho, afetando negativamente a massa de rendimentos provenientes do trabalho (Figura 9). A oferta de crédito também foi reduzida, fruto do cenário de grande incerteza. **Aqui, o efeito das transferências do governo e saques do FGTS sem dúvida tiveram efeitos positivos na recuperação do varejo em meio à pandemia.**

Figura 9 - Varejo e Pandemia



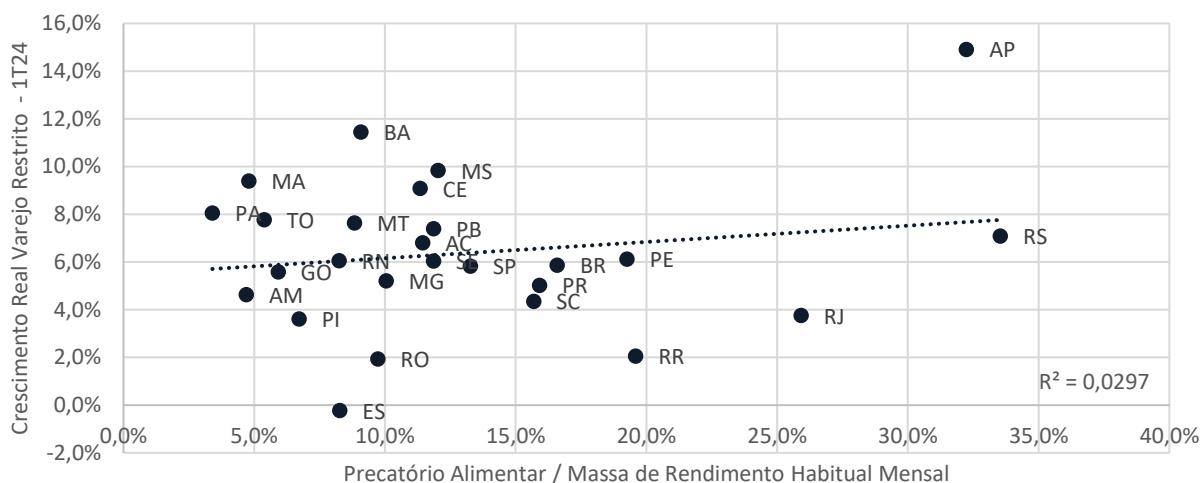
Fonte 1 - IBGE, Banco Central e Ace Capital

3) Precatórios -2023/2024

No fim de 2023, decisão do STF teve como efeito derrubar restrições de pagamentos de precatórios, que foram criadas pelo governo Bolsonaro em 2021 para abrir espaço orçamentário para o pagamento do Auxílio Brasil (que voltou a ser chamado de Bolsa Família no governo Lula). Os recursos liberados superam R\$90 bilhões⁶. Em que pese serem recursos relevantes, e de seu pagamento de fato coincidir com um desempenho acima do esperado do varejo no ano, não enxergamos ainda correlações relevantes quando analisamos o pagamento por estado (mesmo retirando outliers), de modo que preferimos aguardar por mais dados para chegarmos a conclusões (Figura 10). Uma explicação alternativa para o bom desempenho do varejo em 2024 é o aumento do pagamento de benefícios assistenciais, como o Bolsa Família e BPC, já citado anteriormente na carta.

⁶ <https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2023/12/governo-libera-mais-de-r-90-bilhoes-para-pagamento-de-precatarios-e-rpvps-do-inss>

Figura 10 - Relação entre Pagamento de Precatórios Alimentares e Varejo, por Estado



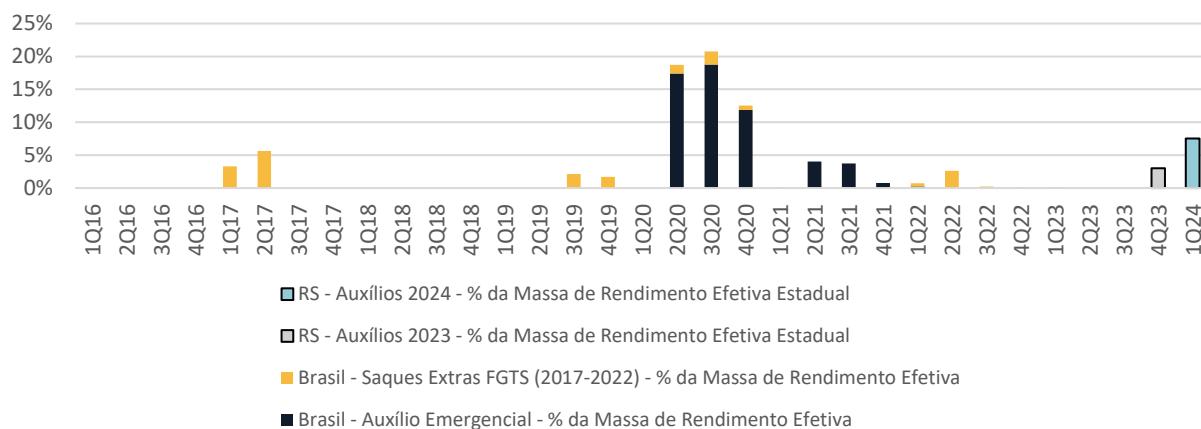
Fontes: IBGE, Tesouro Nacional, Ministério da Fazenda e Ace Capital

RIO GRANDE DO SUL – ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

No fim do mês de abril deste ano, o Rio Grande do Sul foi atingido por grande volume de chuvas, muito acima da média histórica, causando enchentes que afetaram grande parte do Estado. As consequências foram gravíssimas, com perda de vidas, desalojamento milhares de famílias, destruição de infraestrutura e desorganização/paralização da atividade econômica do estado. O estado já havia sido atingido por calamidade similar, mas de magnitude menor, em setembro do ano passado, quando um ciclone atingiu a região do Vale do Taquari, causando enchentes em diversas cidades.

Dado à grande dimensão dessas tragédias, o poder público agiu para atenuar seus efeitos na população, bem como ajudar no financiamento da reconstrução do estado. Se compararmos com outros momentos recentes, as medidas tomadas e anunciadas até o momento parecem materiais (**Figura 11**).

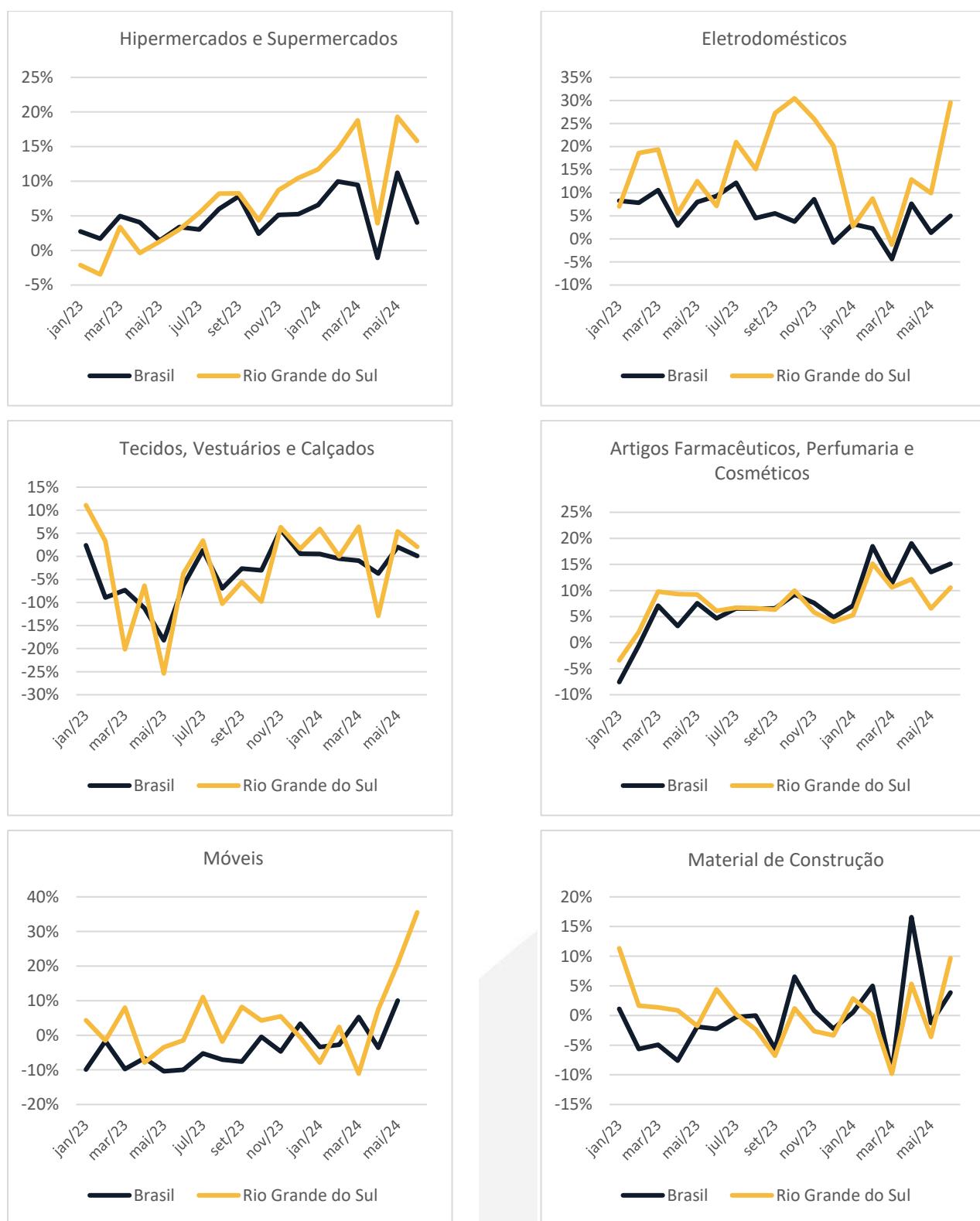
Figura 11 – Auxílio e Saques do FGTS Comparados



Fontes: Ministério da Fazenda, Tesouro Nacional, IBGE, Governo do Estado do RS e Ace Capital. OBS: Auxílios pagos no Rio Grande do Sul selecionados à critério da Ace Capital. O pagamento de tais auxílios não foram concentrados nos três apontados no gráfico, que é meramente ilustrativo para fins de comparação.

Alguns dos efeitos das enchentes já foram capturados pela Pesquisa Mensal do Comércio do IBGE. Num primeiro momento, as vendas de hipermercados e supermercados aceleraram, conforme as pessoas antecipavam as dificuldades e faziam estoques de suprimentos. Os outros segmentos do varejo de maneira geral foram afetados negativamente (Figura 12). Se espera que alguns setores apresentem crescimento acima da média nos próximos meses, como consequência da reconstrução da infraestrutura do estado e reposição de itens perdidos em meio às enchentes. Móveis, eletrodomésticos, eletrônicos, roupas e calçados e material de construção são segmentos que acreditamos que possa haver tal comportamento – já é possível ver alguns indicadores disso, como o crescimento acima da média nacional do varejo de móveis e eletrodomésticos no estado, especialmente no mês de junho. **O ritmo da normalização é de difícil previsão e dependerá, entre outras coisas, do cronograma dos programas governamentais de apoio à renda e crédito.** Vale notar também que o pagamento de precatórios no Rio Grande do Sul é dos mais relevantes quando comparado com a respectiva massa salarial estado, o que pode ajudar nos esforços de reconstrução.

Figura 12 - Crescimento Anual do Varejo, em termos de volume



Fontes: IBGE – PMC e Ace Capital.

Empresas com Exposição Relevante no Rio Grande do Sul

No varejo de vestuário generalista, as Lojas Renner têm exposição relativamente grande no estado, onde ficam cerca de 13% de suas lojas. Em comunicado no dia 6 de maio, a empresa avisava que cerca de 4% das lojas estavam temporariamente fechadas. As lojas C&A e Riachuelo têm exposição significativamente menor, inferior a 5%.

No segmento das farmácias, a Panvel possui cerca de 67% das lojas no Rio Grande do Sul, mas segundo a própria empresa, apenas 4% das lojas do Estado foram afetadas. A RD Saúde tem cerca de 4% de suas lojas no estado.

Das grandes varejistas de alimentos listadas na bolsa, apenas o Carrefour tem presença no Rio Grande do Sul, com cerca de 6% de suas vendas no estado. A empresa divulgou que lojas que representam 1% das vendas foram severamente afetadas. Assaí e Grupo Mateus não têm presença na região. Além dos impactos diretos no varejo, deve haver impactos indiretos: varejistas alimentares têm citado aceleração de vendas no contexto das doações massivas de alimentos feitas para os afetados pelas enchentes.

As Lojas Quero-Quero, varejista de material de construção, eletrodomésticos e eletrônicos têm cerca de 54% de suas 552 lojas no Rio Grande do Sul, majoritariamente em cidades pequenas. Em 6 de maio, a companhia informava que “no momento, 12 lojas foram impactadas diretamente pelas enchentes e 29 lojas apresentam operações parciais”. No relatório de resultados do 2º trimestre de 2024, a empresa cita demanda adicional por eletrodomésticos e móveis nesse contexto, em linha com o desempenho apontado pelo IBGE (**Figura 12**).

Importante apontar que diversas empresas tomaram diversas medidas para ajudar a população gaúcha em meio à calamidade, como doações e compromissos de não elevar preços de bens essenciais.

CONCLUSÕES E IMPLICAÇÕES

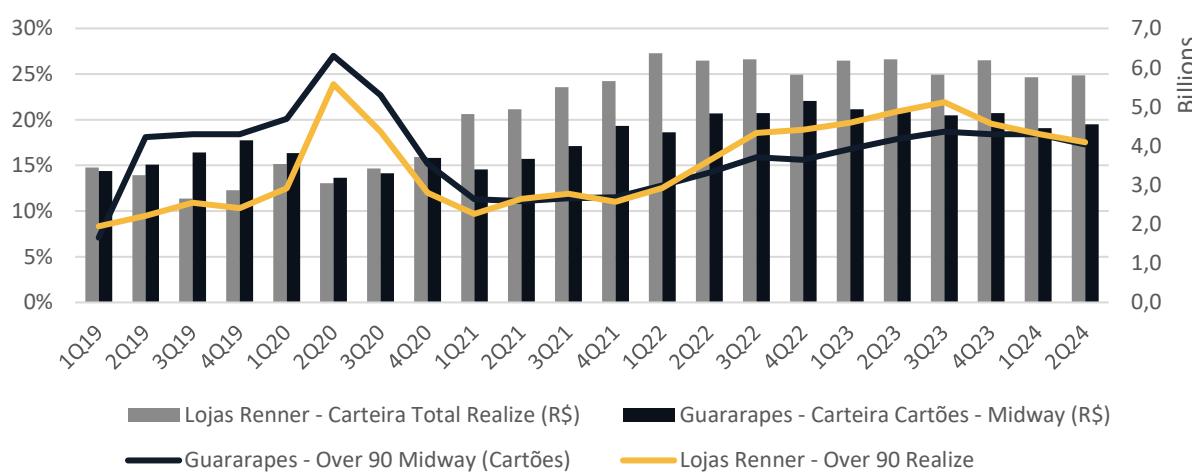
O setor varejista enfrentou diversos desafios nos últimos anos. Mais recentemente, medidas do governo acabaram por implicar em aumento da carga tributária para o setor, em meio a um contexto de aumento da competição com as plataformas de *e-commerce cross border*. Por outro lado, os indicadores da economia real, como emprego e renda – ainda que, em parte, via transferências governamentais – se mantiveram positivos no período, mas não beneficiaram as varejistas como o esperado, já que o crédito para consumidores, seja cedido por bancos ou pelas próprias varejistas, ficou mais escasso num cenário de juros restritivos e alto endividamento das famílias.

A maior dependência da renda das famílias de pagamentos de benefícios sociais e previdenciários (**Figura 3**) pode ter implicações negativas num contexto em que o governo procura conter gastos para atender o novo arcabouço fiscal. O governo anunciou recentemente um “pente-fino” nos gastos previdenciários⁷, além de haver notícias de mudanças de critérios na concessão do BPC e de regras do seguro-desemprego⁸, o que, se confirmados, podem ser empecilhos para recuperação do varejo.

Não obstante, vemos um cenário de originação de crédito mais construtivo para o 2º semestre de 2024, que deve beneficiar o varejo. O maior conservadorismo na cessão de crédito por parte das varejistas fez com que os níveis de inadimplência das respectivas carteiras ficassem sob controle no último ano, de modo que vemos espaço para maiores taxas de aprovação de crédito daqui para frente, processo que deve ser gradual e importante para aceleração das vendas - aqui voltamos à **Figura 5**, que mostra grande correlação de vendas do varejo com oferta de crédito.

O caso das varejistas de moda é emblemático, pois parte importante de suas vendas dependem do crédito oferecido por suas próprias financeiras. O aumento da concorrência com bancos digitais nos últimos anos fez com elas voltassem a focar as operações de suas financeiras no suporte às vendas das lojas. As Lojas Renner e Guararapes são exemplos disso. Na **Figura 13**, nota-se que a inadimplência nos últimos trimestres ficou estável, reflexo da acertada postura mais conservadora de ambas, que reflete também na diminuição/baixo crescimento do tamanho das carteiras.

Figura 13 - Realize e Midway



Fontes: Lojas Renner, Guararapes e Ace Capital

⁷ <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/07/22/governo-vai-fazer-pente-fino-em-beneficios-sociais-diz-esther-dweck.ghtml>

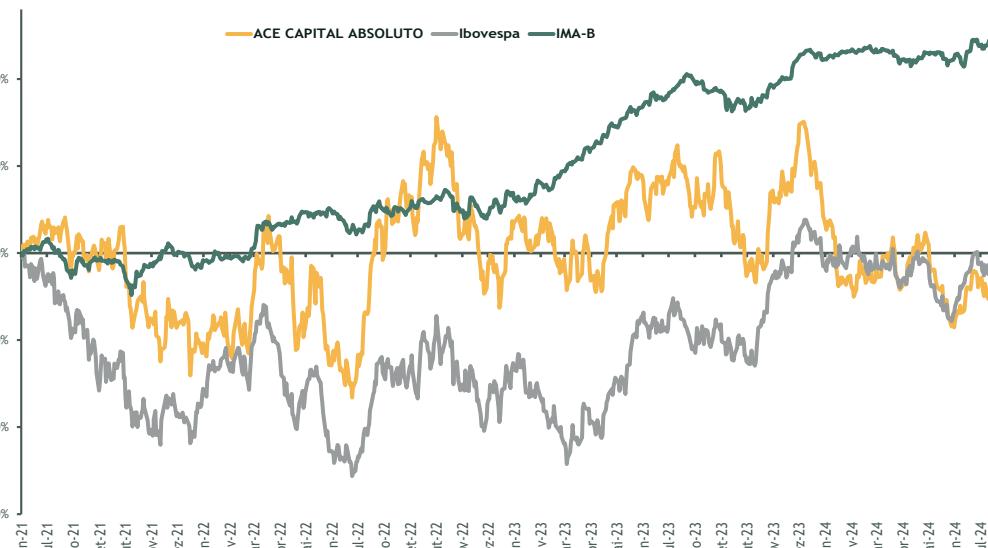
⁸ <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2024/07/25/bpc-e-seguro-desemprego-podem-mudar-para-ampliar-reducao-de-gasto.ghtml>

Esperamos que um cenário macroeconômico mais benigno, com manutenção dos níveis de emprego e renda e ancoragem das expectativas de inflação, possibilite a gradual retomada da oferta de crédito por ambas, impulsionando seus resultados.

RENTABILIDADE

Ano	Retorno	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Ano	Início
2021	Fundo	-	-	-	-	-	-	1,10%	-0,95%	-1,60%	-8,28%	-2,22%	4,18%	-6,88%	-6,88%
	IMA-B	-	-	-	-	-	-	-0,37%	-1,09%	-0,13%	-2,54%	3,47%	0,22%	-0,16%	-0,16%
	Ibovespa	-	-	-	-	-	-	-3,94%	-2,48%	-6,57%	-6,74%	-1,53%	2,85%	-18,91%	-18,91%
2022	Fundo	-1,65%	-0,89%	8,77%	-1,62%	-1,49%	-9,55%	7,49%	12,07%	1,21%	6,83%	-6,35%	-6,53%	5,96%	-1,33%
	IMA-B	-0,73%	0,54%	3,07%	0,83%	0,96%	-0,36%	-0,88%	1,10%	1,48%	1,23%	0,43%	-0,24%	6,32%	6,16%
	Ibovespa	6,98%	0,89%	6,06%	-10,10%	3,22%	-11,50%	4,69%	6,16%	5,45%	5,45%	-3,06%	-2,45%	4,68%	-15,12%
2023	Fundo	5,31%	-0,64%	-2,91%	-2,28%	6,40%	3,12%	4,60%	-7,19%	2,59%	-9,72%	11,74%	5,86%	15,85%	14,31%
	IMA-B	0,00%	1,28%	2,66%	2,02%	2,53%	2,39%	0,81%	-0,38%	-0,95	-0,66%	2,62%	2,75%	16,03%	22,19%
	Ibovespa	3,37%	-4,79%	-2,91%	2,50%	3,74%	9,00%	3,27%	-5,09%	0,71	-2,94%	12,54%	5,38%	22,27%	3,78%
2024	Fundo	-11,04%	-4,38%	2,52%	-1,75%	-1,86%	-3,10%	2,81%	-	-	-	-	-	-16,23%	-4,24%
	IMA-B	-0,45%	0,55%	0,08%	-1,61%	1,33%	-0,97%	2,09%	-	-	-	-	-	0,97%	23,17%
	Ibovespa	-4,79%	0,99%	-0,71%	-1,70%	-3,04%	1,48%	3,02%	-	-	-	-	-	-4,87%	-1,27%

RETORNO ACUMULADO DESDE O INÍCIO



INFORMAÇÕES OPERACIONAIS

INÍCIO DO FUNDO	21/06/2021
APLICAÇÃO INICIAL	R\$ 100,00
MOVIMENTAÇÃO MÍNIMA	R\$ 100,00
SALDO MÍNIMO	R\$ 100,00
HORÁRIO DE MOVIMENTAÇÃO ATÉ 14H00	
TAXA DE ADMINISTRAÇÃO	2% A.A.
TAXA DE PERFORMANCE	20% SOBRE O QUE EXCEDER O IMA-B
TAXA DE SAÍDA	NÃO HÁ
COTA DE APLICAÇÃO	D+1
COTA DE RESGATE	D+30
LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA	D+32
ADMINISTRADOR	BNY MELLON SERVIÇOS FINANCEIROS DTVM S.A.
CUSTODIANTE	BNY MELLON BANCO S.A.
AUDITOR	KPMG
CATEGORIA ANBIMA	AÇÕES LIVRE
CÓDIGO ANBIMA	596681
DADOS PARA APLICAÇÃO	ACE CAPITAL ABSOLUTO FIC FIA CNPJ: 39.992.830/0001-88 BANCO: BNY MELLON (17) AGENCIA 01 CC 4843-7

ATRIBUIÇÃO DE DESEMPENHO POR SETOR	Mês	Ano
Bens industriais	0,73%	1,55%
Construção	0,48%	-1,40%
Consumo cíclico	-0,01%	-1,10%
Consumo não cíclico	0,55%	1,19%
ETF	-0,14%	-0,02%
Financeiro	0,85%	-0,46%
Índice	0,00%	0,00%
Materiais básicos	-1,53%	-14,49%
Petróleo gás e biocombustíveis	-0,35%	0,29%
Properties	0,00%	0,00%
Saneamento	0,99%	0,92%
Saúde	0,08%	-0,53%
Tecnologia da informação	0,27%	0,51%
Telecomunicações	-0,01%	0,00%
Transporte e Logística	0,16%	0,21%
Utilidade pública	0,99%	-0,34%

Obs.: Não considera custos de taxa de administração e performance



A Ace Capital não comercializa nem distribui cotas de fundos de investimento ou qualquer outro ativo financeiro. As informações contidas neste material são de caráter exclusivamente informativo e não se caracterizam e nem devem ser entendidas como uma promessa ou um compromisso da Ace Capital, além de não levar em consideração a situação particular de qualquer investidor. Antes de tomar qualquer decisão acerca de seus investimentos, a Ace Capital (i) recomenda ao interessado que consulte seu próprio consultor e (ii) não se responsabiliza pelas decisões de investimento. O FUNDO utiliza estratégias com derivativos como parte integrante de sua política de investimentos, o que pode resultar em significativas perdas patrimoniais para seus cotistas, podendo, inclusive, acarretar em perdas superiores ao capital aplicado e a consequente obrigação do cotista de aportar recursos adicionais para cobrir o prejuízo do FUNDO. O FUNDO está autorizado a realizar aplicações em ativos financeiros no exterior. O FUNDO pode estar exposto a significativa concentração em ativos de poucos emissores, variação cambial e outros riscos não mencionados neste material. Os fundos de investimento multimercados com renda variável e os fundos de investimento em ações podem estar expostos a significativa concentração em ativos de poucos emissores, com os riscos daí decorrentes. Para avaliação da performance de quaisquer fundos de investimentos, é recomendável uma análise de período de, no mínimo, 12 (doze) meses. O FUNDO buscará manter uma carteira de ativos com prazo médio superior a 365 dias. Alterações nestas características podem levar a um aumento do IR incidente sobre a rentabilidade auferida pelo cotista. Não há garantia de que este Fundo terá o tratamento tributário para fundos de longo prazo. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS E DA TAXA DE SAÍDA. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DOS GESTORES, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITOS - FGC. É recomendada a leitura cuidadosa do Formulário de Informações Complementares, se houver, da Lâmina de Informações Essenciais e do Regulamento do FUNDO e do MASTER pelo investidor antes de aplicar seus recursos, conforme disponíveis no site do Administrador: Intrag DTVM Ltda., CNPJ nº 62.418.140/0001-31, www.intrag.com.br, Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, Itaim Bibi, São Paulo - SP, Telefone (11) 3072-6109, dias úteis, das 9 às 18h, ou utilize o SAC Itaú 0800 728 0728, todos os dias, 24h. Se desejar a reavaliação da solução apresentada após utilizar esses canais, recorra à Ouvidoria Corporativa Itaú Unibanco 0800 570 0011, dias úteis, das 9 às 18h, Caixa Postal nº 67.600, CEP 03162-971. Deficientes auditivos ou de fala 0800 722 1722, disponível 24h todos os dias.

ESTATÍSTICAS

	Últimos 12 meses	Desde o Início
> Retorno Mensal	11,74%	12,07%
< Retorno Mensal	-11,04%	-11,04%
Meses Acima do IMA-B	58,33%	42,86%
Meses Abaixo do IMA-B	41,67%	57,14%
Meses Positivos	52,17%	42,86%
Meses Negativos	47,83%	57,14%

PATRIMÔNIO

Patrimônio da Estratégia (R\$ M)	194,60
PL Médio Fundo desde início (R\$ M)	226,5
Patrimônio do fundo (R\$ M)	186,0

CARACTERÍSTICAS GERAIS

OBJETIVO
O fundo tem como objetivo proporcionar aos seus clientes cotistas a valorização real de suas cotas a médio e longo prazo.
CARACTERÍSTICAS
A política de investimento do FUNDO consiste em aplicar, no mínimo, 95% de seu patrimônio líquido em cotas do ACE CAPITAL ABSOLUTO MASTER FUNDO DE INVESTIMENTO DE AÇÕES, inscrito no CNPJ nº 39.737.075/0001-95 ("Fundo Master"/"Fundo Investido"), gerido pela GESTORA, cuja política de investimento consiste em aplicar preponderantemente em ações negociadas em bolsa de valores ou em mercado de balcão rganizado.
PÚBLICO
O Fundo é destinado a investidores qualificados